



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 - UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

**NÍVEL E  
ECONOMISTA**

**22 de maio de 2016**

**Nome:** \_\_\_\_\_ **Nº de Inscrição:** \_\_\_\_\_

**BOLETIM DE QUESTÕES**

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14:30 horas e término às 18:30 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

**Chico Buarque e a era da grosseria online**

Os xingamentos ao cantor mostram que há uma migração para o mundo físico de um comportamento péssimo das redes sociais

01 Você deve ter visto o vídeo do cantor Chico Buarque sendo xingado por um grupo de  
02 jovens aparentemente alcoolizados. Um bate-boca típico de bar. O fato ocorreu na última  
03 segunda-feira (21), na saída de um restaurante no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro. O vídeo  
04 publicado no *Glamurama* mostra o grupo de jovens em volta do cantor questionando o fato de ele  
05 defender publicamente o Partido dos Trabalhadores. [...]

06 Não houve agressão física. Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que  
07 marcou o ano de 2015 no Brasil. Em agosto, falamos em reportagem da ÉPOCA sobre o  
08 fenômeno que chamamos de "A era da grosseria online". Em algum momento, passamos a achar  
09 razoável tratar quem pensa diferente com xingamentos e pontapés virtuais. Em algum momento,  
10 passamos a achar bacana pegar o comentário de alguém, colocar numa comunidade com ideias  
11 contrárias e participar de sessões de linchamento virtual. Com o aval e o apoio de quem pensa  
12 como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos  
13 tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar.

14 O problema – e o caso de Chico é só mais um entre tantos, nos diferentes espectros  
15 políticos – é que esse comportamento vem gradativamente migrando para o mundo físico.  
16 Pessoas estão se sentindo à vontade para abordar quem pensa diferente na rua e disparar  
17 agressões físicas e verbais. Não se trata de liberdade de expressão ou de politicamente correto.  
18 Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi  
19 munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não  
20 suporta ser confrontado com uma opinião diferente.

21 [...]

22 Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância.  
23 Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto. Compartilhamos textos claramente  
24 mentirosos. Compartilhamos matérias de sites de humor, como o *Sensacionalista*, acreditando  
25 serem reais. Depois colocamos a culpa no Brasil. "Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei  
26 que fosse verdade". Achou mesmo ou de repente cegou-se diante da facilidade em espriar seu  
27 ódio e sua insatisfação?

28 É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a  
29 informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do  
30 celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.

31 [...]

32 Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre  
33 para o mundo físico. São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e  
34 consequências diferentes. [...]

35 As redes sociais são uma poderosa ferramenta para obter conhecimento, estreitar laços,  
36 conhecer gente nova, namorar, se entreter. Mas também se mostraram um habitat perfeito para a  
37 ignorância, a intolerância e a truculência. Não é difícil escolher quais dessas características  
38 deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.

BRUNO FERRARI 23/12/2015

Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/12/chico-buarque-e-era-da-grosseria-online.html>.

Acessado em 9/02/2016.

1 Em **Chico Buarque e a era da grosseria online**, Bruno Ferrari critica as pessoas que

- (A) agridem celebridades em redes sociais.
- (B) se excedem no consumo de álcool.
- (C) costumam ser agressivas.
- (D) não respeitam a opinião alheia.
- (E) se comportam de maneira antiética.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 2 No segundo parágrafo do texto, o autor optou pelo emprego da primeira pessoa do plural porque
- (A) concorda com a reportagem de Época.
  - (B) compartilha da opinião dos agressores.
  - (C) considera a “grosseria online” muito comum.
  - (D) se considera uma pessoa grosseira.
  - (E) pensa como a maioria dos internautas.
- 3 Em “Com o aval e o apoio de quem pensa como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar” (11 a 13), a palavra *visigodos* foi empregada como sinônimo de
- (A) bárbaros.
  - (B) estrangeiros.
  - (C) desbravadores.
  - (D) invasores.
  - (E) dominadores.
- 4 Do trecho “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não suporta ser confrontado com uma opinião diferente” (18 a 20), depreende-se que os autores dos “monólogos”
- (A) ignoram o fato de que existem *sites* e redes sociais que veiculam mentiras na internet.
  - (B) não costumam se certificar da legitimidade das fontes das informações que veiculam.
  - (C) tendem a divulgar informações falsas, mesmo que tenham consciência do que fazem.
  - (D) não admitem a possibilidade de estarem divulgando informações e fatos falsos.
  - (E) não se sentem responsáveis pela veracidade das informações que divulgam.
- 5 Em “Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância” (22), o autor poderia ter empregado a vírgula antes e depois da palavra *sobretudo* com o objetivo de
- (A) marcar duas pausas que ocorrem na expressão oral.
  - (B) separar duas orações que estão contidas no enunciado.
  - (C) atribuir ênfase ao advérbio que modifica o enunciado.
  - (D) evitar ambiguidade na compreensão do enunciado.
  - (E) deixar claro ao leitor o sentido do enunciado.
- 6 Em “Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei que fosse verdade” (25 a 26), o emprego das aspas se deve
- (A) à ironia que caracteriza o enunciado.
  - (B) ao emprego do discurso direto.
  - (C) ao sentido especial dado ao enunciado.
  - (D) à introdução de uma citação.
  - (E) à ênfase que se quis dar à ideia expressa.
- 7 No segundo enunciado do trecho “É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.” (28 a 30), o autor sugere que
- (A) os usuários de aparelhos de telefonia celular são preguiçosos.
  - (B) os computadores são mais lentos do que os telefones.
  - (C) a interação via telefone celular é mais rápida.
  - (D) é mais difícil navegar usando telefones celulares.
  - (E) a maioria da população não sabe utilizar o celular.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 8 Para ligar os períodos “Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre para o mundo físico.” (32 a 33) e “São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e consequências diferentes.” (33 a 34), mantendo a relação entre as ideias que expressam, o autor poderia empregar a conjunção
- (A) pois.  
(B) mas.  
(C) e.  
(D) senão.  
(E) contudo.
- 9 No trecho “Não é difícil escolher quais dessas características deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.” (37 a 38), a expressão *gueto virtual* se refere a
- (A) uma minoria de internautas que divulgam informações de forma irresponsável.  
(B) *sítes* que congregam pessoas que compartilham opiniões sobre determinados temas.  
(C) espaços virtuais em que se refugiam pessoas que se consideram vítimas de mentiras.  
(D) grupos que pregam a intolerância e disseminam ideias preconceituosas na internet.  
(E) redes sociais que se propõem a promover a discussão a respeito de assuntos polêmicos.
- 10 O autor **não** empregou linguagem coloquial em
- (A) “Um bate-boca típico de bar” (02).  
(B) “Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que marcou o ano de 2015 no Brasil” (06 a 07).  
(C) “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo” (18).  
(D) “Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto” (23).  
(E) “Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro” (30).

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público decorrerá de
- (A) ascensão e transferência.  
(B) exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo acumulável e falecimento.  
(C) transferência, ascensão e redistribuição.  
(D) remoção, redistribuição, ascensão e transferência.  
(E) somente aposentadoria, falecimento e demissão.
- 12 Contemplam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de natureza especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular
- (A) superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(B) superiores a 5 (cinco) e, no máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(C) superiores a 10 (dez) e, no máximo, de 15 (quinze) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(D) superiores a 15 (quinze) e, no máximo, de 20 (vinte) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(E) superiores a 20 (vinte) e, no máximo, de 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 13 Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, observados os preceitos indicados no item:
- (A) somente a manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidades.
  - (B) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades.
  - (C) somente a equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional.
  - (D) interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
  - (E) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
- 14 Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, conforme está previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Entende-se por modalidades de remoção
- (A) somente de ofício, no interesse da Administração; a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
  - (B) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.
  - (C) somente a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
  - (D) somente a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
  - (E) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 15 Conceder-se-á ao servidor licença, conforme determinam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, nas seguintes situações:
- (A) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política e para capacitação, exclusivamente.
  - (B) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares, unicamente.
  - (C) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista.
  - (D) para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, somente.
  - (E) prêmio por assiduidade; por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, unicamente.
- 16 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações. São penalidades disciplinares:
- (A) advertência; suspensão; demissão; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
  - (B) advertência; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
  - (C) suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
  - (D) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade, exclusivamente.
  - (E) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.
- 17 Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, conforme contempla o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que cria o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, combinado com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações. À Comissão de Ética incumbe
- (A) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão de diárias e passagens para tratar de quaisquer assuntos do órgão em que serve.
  - (B) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
  - (C) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, impossibilitando assumir cargos ou funções de confiança.
  - (D) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, proibido de receber promoção e posse em outro cargo inacumulável, quando for o caso.
  - (E) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão da aposentadoria.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 18 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, objetivando estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas, dar-se-á mediante
- (A) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - a análise dos processos e condições de trabalho, somente.
  - (B) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
  - (C) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
  - (D) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; III - a análise dos processos e condições de trabalho e IV - as condições tecnológicas da IFE.
  - (E) I - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
- 19 Institui o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
- (A) I - plano semestral de capacitação; II - relatório de execução do plano semestral de capacitação e III - sistema de gestão financeira.
  - (B) I - plano bimestral de capacitação; II - relatório de execução do plano bimestral de capacitação e III - sistema de gestão de informação.
  - (C) I - plano anual de capacitação; II - relatório de execução do plano anual de capacitação e III - sistema de gestão por competência.
  - (D) I - plano trimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
  - (E) I - plano quadrimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano quadrimestral de capacitação.
- 20 Estabelece o Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA – e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem o objetivo de formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordenar e avaliar a execução dessas ações. O Comitê Gestor terá a seguinte composição:
- (A) I - um representante do Ministério da Educação, que o coordenará; II - um representante da Presidência do Senado Federal e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Educação.
  - (B) I - um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que o coordenará; II - um representante da Câmara e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação.
  - (C) I - um representante do Ministério da Cultura, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil do Governo do Estado e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Cultura.
  - (D) I - um representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que o coordenará; II - um representante do Ministério da Educação e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
  - (E) I - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil da Presidência da República e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 A função utilidade de um consumidor expressa-se por  $U = AB$ , onde  $U$  representa o nível de satisfação do consumidor,  $A$  representa a quantidade consumida do bem A e  $B$ , a quantidade consumida do Bem B. O consumidor dispõe de uma renda de \$1.600 para comprar as duas mercadorias. Os preços dos bens A e B são, respectivamente, \$4 e \$2. Se o preço do bem B aumentar para \$4, mantendo-se constante a renda e o preço do bem A e admitindo-se que o consumidor gasta toda a sua renda na compra dos dois bens, a quantidade do bem B demandada pelo consumidor cairá de
- (A) 450 para 400.  
(B) 400 para 200.  
(C) 350 para 300.  
(D) 400 para 300.  
(E) 450 para 350.
- 22 Em um mercado de concorrência perfeita, os preços são determinados pela interação entre a oferta e a demanda. Sobre a determinação dos preços e o comportamento dos agentes econômicos em mercados com esse tipo de estrutura é correto afirmar que
- (A) os ofertantes podem adquirir poder de mercado utilizando a estratégia da diferenciação do produto.  
(B) a política de tabelamento de preços, quando bem aplicada, evita o surgimento da escassez e, desse modo, torna possível a venda das mercadorias por preços inferiores ao preço de equilíbrio.  
(C) a adoção de políticas de *marketing* pelas empresas permite-lhes vender a sua produção por um preço superior ao seu custo marginal.  
(D) as empresas são tomadoras de preço sem nenhum poder de mercado.  
(E) a formação de cartéis prejudica os consumidores que não dispõem de mecanismos de reação.
- 23 É característica das funções de produção de curto prazo
- (A) apresentarem rendimentos físicos marginais decrescentes.  
(B) apresentarem produtividade marginal maior do que a produtividade média para todos os níveis de produção.  
(C) apresentarem rendimentos de escala.  
(D) apresentarem produtividade marginal positiva para todos os níveis de produção.  
(E) a impossibilidade de serem alteradas as quantidades dos fatores de produção utilizados no processo produtivo.
- 24 As funções demanda e oferta são descritas pelas equações  $Q = 400 - 4P$  e  $Q = -60 + 6P$ , onde  $P$  representa o preço, expresso em reais, e  $Q$ , a quantidade do bem medida em unidades. Quando o mercado encontra-se em equilíbrio, o excedente dos consumidores é, em reais, de
- (A) 4.352.  
(B) 4.542.  
(C) 4.722.  
(D) 5.832.  
(E) 6.002.
- 25 No mercado do produto  $X$ , a demanda de mercado é expressa por  $Q = 40 - P$ , onde  $Q$  e  $P$  representam, respectivamente, a quantidade (medida em toneladas) e o preço do bem (expresso em reais). A função de custo total da empresa produtora do bem é dada pela equação  $C = 40 + 2Q^2$ , onde  $C$  é o custo total da firma. Se a empresa tem como objetivo a maximização do lucro, é correto dizer que, caso ela seja
- (A) um monopólio, a quantidade que deve ser produzida para garantir a maximização do lucro é de 8 (oito) toneladas.  
(B) uma empresa concorrencial, sua receita marginal (Rmg) é dada pela equação  $Rmg = 40 - 2Q$ .  
(C) uma empresa concorrencial, quando em equilíbrio, sua demanda é dada pela equação  $P = 33$ .  
(D) um monopólio e tenha como objetivo a maximização do lucro, deverá igualar o preço de venda do produto ao custo marginal da produção.  
(E) uma empresa do tipo concorrencial e tenha como objetivo a maximização do lucro, deverá produzir 8 (oito) toneladas e vendê-las pelo preço unitário de R\$ 32,00.



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 26 Concorrência perfeita, oligopólio e monopólio são estruturas de mercado com características próprias e que, quando em funcionamento, apresentam especificidades. A respeito dessas estruturas de mercado é verdadeira a assertiva de que
- (A) o mercado de concorrência perfeita é ineficiente porque, devido ao pequeno tamanho das empresas que nele atuam, não é possível a obtenção de ganhos de escala.
  - (B) o governo não coloca barreiras à existência dos monopólios naturais por conta das inovações tecnológicas que ocorrem em suas linhas de produção.
  - (C) o poder de monopólio das empresas oligopolistas é tanto maior quanto maior é a elasticidade-preço da demanda a que essas empresas atendem.
  - (D) o modelo de Cournot tem como premissa básica a de que existe uma empresa líder que serve de referência para a determinação da quantidade a ser produzida.
  - (E) o monopólio é ineficiente porque estabelece o preço de venda do seu produto em um valor maior do que o custo marginal da produção.
- 27 Seja a função de produção de longo prazo determinada pela equação  $Q = K^2L$ , onde  $Q$  representa a quantidade produzida medida em metros cúbicos,  $K$ , a quantidade de capital medida em número de máquinas e  $L$ , a quantidade de trabalho medida em números de trabalhadores, considere que a empresa disponha, em milhares de reais, de \$9 para adquirir trabalho e capital. Sejam  $C$  o custo de produção, \$1 e \$2, os preços, respectivamente, do trabalho e do capital, medidos em unidades de real, é correto afirmar que
- (A) a quantidade máxima de produto que pode ser obtida é de 30 metros cúbicos.
  - (B) a função de produção apresenta rendimentos constantes de escala.
  - (C) a combinação de capital e trabalho da qual resulta a maior produção é de um trabalhador por máquina.
  - (D) quando se está utilizando a quantidade ótima de capital e trabalho, a produtividade marginal do trabalho é maior do que a do capital.
  - (E) devido à maior produtividade do capital, a quantidade utilizada deste fator de produção, em equilíbrio, é maior do que a quantidade utilizada de trabalho.
- 28 Quando o preço de uma mercadoria é determinado por um *mark-up* sobre o custo marginal, a equação que define o preço expressa-se por  $P = Cmg/1 + (1/E_p)$ , onde  $P$  representa o preço da mercadoria,  $Cmg$ , o custo marginal e  $E_p$ , a elasticidade-preço da demanda. A partir da análise dessa relação entre preço, custo marginal e receita marginal, é correto concluir que
- (A) a diferença entre o preço de venda do produto e o custo marginal da produção depende do inverso da elasticidade-preço da demanda.
  - (B) quanto mais elástica for a demanda, maior será a diferença entre o preço da mercadoria e o custo marginal da produção.
  - (C) se o custo marginal for \$9 por unidade do produto, para que o preço de venda do produto seja \$12 por unidade, a elasticidade-preço da demanda deverá ser -2.
  - (D) quanto menor for a elasticidade-preço da demanda, mais o preço do produto se aproximará do preço competitivo.
  - (E) quanto maior for o peso do bem no orçamento do consumidor, maior tenderá ser a diferença entre o seu preço e o custo marginal da produção.
- 29 As condições sob as quais a produção dos bens acontece determinam o comportamento dos custos que as empresas enfrentam quando processam os seus produtos. Assim, os custos de longo prazo apresentam características próprias e que são diferentes daquelas apresentadas pelos custos de curto prazo. Sobre os custos de produção de curto e de longo prazo é correto afirmar que
- (A) cada ponto situado sobre a curva de custo médio de longo prazo corresponde ao custo médio mínimo das curvas de custo médio de curto prazo.
  - (B) a curva de custo marginal intercepta as curvas do custo variável médio e do custo médio nos seus pontos de mínimo.
  - (C) quando a produtividade média alcança o seu valor máximo, o custo médio da produção assume o seu menor valor.
  - (D) os custos médios de curto prazo são menores do que os de longo prazo.
  - (E) se a função de produção de longo prazo apresenta rendimentos constantes de escala, o custo médio de longo prazo decresce, na medida em que aumenta a produção.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 30 Considere uma economia fechada e sem governo, na qual as empresas não realizam estoques e cuja função consumo é dada pela equação  $C = 2.000 - 0,2Y$ , onde  $C$  representa o consumo e  $Y$ , a renda ou o produto. Se nessa economia ocorrer um aumento nos investimentos autônomos no montante de \$100, o crescimento do produto será, em \$, de
- (A) 125.  
(B) 130.  
(C) 135.  
(D) 140.  
(E) 145.
- 31 Seja  $M^D = \$YL(i)$  a equação que descreve a demanda por moeda nos mercados financeiros, onde  $M^D$  representa a demanda por moeda,  $\$Y$ , a renda nominal e  $L(i)$ , uma função da taxa de juros. A respeito dos mercados financeiros é correto afirmar que
- (A) a demanda por moeda depende da taxa de juros de tal forma que um aumento na taxa de juros aumenta a demanda por moeda.  
(B) a taxa de juros de equilíbrio é aquela que torna iguais a demanda e a oferta de moeda, sendo que a taxa de juros será tanto maior quanto menor for a renda nominal.  
(C) a equação  $M = \$YL(i)$ , denominada relação LM, informa que a taxa de juros deve ser tal que, dada a renda nominal das pessoas, estas estejam dispostas a ter um montante de moeda igual à oferta de moeda existente.  
(D) se o Banco Central realizar uma operação de mercado aberto expansionista, aumentará a oferta de moeda que resultará no aumento da taxa de juros.  
(E) reduções da oferta de moeda provocam reduções da taxa de juros.
- 32 O modelo **IS-LM** é utilizado para analisar, em conjunto, os mercados de bens e os mercados financeiros. No caso em que o governo decida reduzir o *déficit* orçamentário por meio de aumentos dos impostos, mantendo seus gastos inalterados, é verdadeiro dizer que ocorrerá
- (A) deslocamento da curva IS para a direita.  
(B) deslocamento da curva LM para a esquerda.  
(C) diminuição do produto e aumento da taxa de juros.  
(D) aumento tanto do produto como da taxa de juros.  
(E) diminuição tanto do produto como da taxa de juros.
- 33 A curva de Phillips relaciona taxa de inflação, ritmo da atividade econômica, expectativa de inflação futura e choques de oferta. Essas relações se expressam pela equação  $I = I^e - B(D - D_n) + E$ , onde  $I$  representa a taxa de inflação atual,  $I^e$ , a taxa de inflação esperada,  $B$ , a elasticidade da inflação atual em relação aos desvios da taxa de desemprego,  $D$ , a taxa de desemprego,  $D_n$ , a taxa natural de desemprego e  $E$ , os choques de oferta. Analisando-se a equação que define a curva de Phillips, é correto concluir que
- (A) ocorre inflação inercial quando a taxa de desemprego da economia é igual à taxa natural.  
(B) mesmo que a taxa de desemprego da economia seja igual à taxa natural e inexistam choques de oferta, a taxa de inflação atual poderá ter valor positivo.  
(C) a inflação possui dois determinantes, a saber, as expectativas de inflação futura e os choques de oferta.  
(D) para que não ocorra inflação é condição suficiente que a taxa de desemprego da economia seja menor que a taxa natural de desemprego.  
(E) a inflação é do tipo inercial quando não ocorrem na economia choques de oferta.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 34 As Contas Econômicas Integradas (CEI) e as Tabelas de Recursos e Usos (TRU) elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram estruturadas segundo a concepção apresentada no Manual de Contas Nacionais de 1993 e atualizada pelo Manual de 2008. Sobre as CEI e as TRU divulgadas no Brasil pelo IBGE é correto afirmar que
- (A) as contas de produção, de renda e de capital constituem as contas correntes das CEI.
  - (B) o saldo da conta de alocação da renda, subconta da conta da renda, é a renda disponível bruta.
  - (C) na Tabela de Recursos (quadrante A) é feito o registro da oferta total de bens e serviços, sendo as importações registradas no quadrante A<sub>1</sub>.
  - (D) no quadrante B das TRU são feitos os registros da produção de cada setor de atividades da economia.
  - (E) na Tabela de Usos são feitos os registros do consumo intermediário dos setores de atividades e da demanda final.
- 35 O Produto Interno Bruto (PIB), a Renda Nacional (RN), a Oferta Total e a Demanda Total são agregados macroeconômicos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas Contas Econômicas Integradas (CEI) e nas Tabelas de Recursos e Usos (TRU) do sistema de contas nacionais do Brasil. Sobre os registros e a divulgação desses agregados é correto afirmar que
- (A) o PIB é divulgado na Tabela de Recursos das TRU.
  - (B) a RN é divulgada na Tabela de Usos das TRU.
  - (C) a Oferta Total é divulgada nas contas correntes das CEI.
  - (D) a Demanda Total é divulgada na Tabela de Usos das TRU.
  - (E) o PIB e a RN são divulgados na conta de patrimônio das CEI.
- 36 O consumo, o investimento fixo, os gastos do governo, as exportações líquidas e os investimentos em estoques são componentes do Produto Interno Bruto (PIB). A respeito destes agregados é verdadeira a assertiva de que
- (A) o investimento fixo corresponde aos gastos realizados pelas empresas com a aquisição de novas instalações ou novas máquinas.
  - (B) os gastos das pessoas com a compra de novas casas ou novos apartamentos são componentes do consumo das famílias.
  - (C) o investimento fixo é dado pela soma do investimento não residencial com o investimento residencial.
  - (D) o valor da demanda agregada é obtido somando-se o consumo, o investimento, os gastos do governo e as exportações.
  - (E) nos gastos do governo estão inclusas as despesas com a aquisição de bens e com as transferências.
- 37 O balanço de pagamentos consiste no registro de todas as transações econômicas ocorridas, em determinado período de tempo, entre residentes e não residentes de uma economia. Com respeito a este instrumento contábil é correto afirmar que
- (A) na ausência de erros e omissões e de variações dos preços dos ativos de reserva em relação à unidade de conta adotada, o saldo do balanço de pagamentos é igual à variação das reservas internacionais do país.
  - (B) os pagamentos e recebimentos de rendas de capital são registrados na conta financeira.
  - (C) no modelo atual de balanço de pagamentos do Brasil, a conta capital registra os fluxos de capital entre residentes e não residentes.
  - (D) um *déficit* em transações correntes no balanço de pagamentos corresponde a uma poupança externa negativa.
  - (E) a posição internacional de investimento de um país não é afetada pelos fluxos que são registrados no balanço de pagamentos.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 38 Necessidade de Financiamento do Setor Público não Financeiro (NFSP) e Resultado Primário são conceitos que foram desenvolvidos para medir o *déficit* público. Sobre estes conceitos é correto dizer que
- (A) o NFSP conceito nominal engloba, entre outras demandas de recursos pelo setor público, os destinados ao pagamento de juros sobre a dívida pública e corresponde ao denominado *Déficit* Operacional do Setor Público.
  - (B) na estimativa do NFSP conceito operacional utilizam-se a taxa real de juros e a correção monetária ou cambial.
  - (C) o resultado primário é obtido subtraindo-se do NFSP conceito operacional as receitas e despesas financeiras.
  - (D) o resultado primário é obtido por meio da fórmula  $G - T + rB$ , onde **G** representa o total dos gastos públicos não financeiros, **T**, o total da arrecadação não financeira, **B**, o estoque de títulos públicos é **r**, a taxa real de juros.
  - (E) o objetivo do NFSP é medir a pressão do setor público, financeiro e não financeiro, sobre a poupança da economia.
- 39 Sobre a lei complementar nº 101/2000, conhecida como lei de responsabilidade fiscal, é correto afirmar que
- (A) estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
  - (B) suas disposições obrigam os poderes executivos e legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não abrangendo os Tribunais de Conta e o Ministério Público.
  - (C) será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa sem a apresentação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes.
  - (D) estabelece para a União, os Estados e Municípios o limite máximo da despesa com pessoal em 60% da receita corrente líquida.
  - (E) veda aos titulares de poder, no último ano dos seus mandatos, contrair obrigações de despesa que tenham parcelas a serem pagas no mandato seguinte sem que haja disponibilidade de caixa para esse efeito.
- 40 A principal forma de financiamento do *déficit* público é a venda de títulos da dívida pública ao setor privado e ao banco central. Sobre o assunto em tela é verdadeiro dizer que
- (A) um modo de se apurar a variação do *déficit* público em determinado período, é somar a variação do estoque da dívida nas mãos do setor privado à variação da emissão monetária no período.
  - (B) o *déficit* ocorre quando a carga tributária líquida é insuficiente para financiar os gastos correntes do governo.
  - (C) a poupança do governo pode ser utilizada como medida do *déficit* público, pois, se for negativa, o seu valor reflete o montante do *déficit*.
  - (D) o regime de competência é uma metodologia de apuração do *déficit* público e consiste em registrar as despesas e receitas no momento em que ocorrem os recebimentos e pagamentos.
  - (E) uma medida muito utilizada do *déficit* público é conhecida como *déficit* primário e é calculada subtraindo-se da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) conceito nominal as despesas financeiras.
- 41 Os mercados competitivos podem apresentar falhas. Uma delas consiste em não disponibilizar aos consumidores determinados bens considerados necessários, os denominados bens públicos. A respeito dessa categoria de bens é correto afirmar que não são ofertados no mercado pela iniciativa privada porque
- (A) se o fossem, os consumidores não teriam condições financeiras de pagar o preço que seria cobrado.
  - (B) possuem dois atributos característicos dos bens públicos: são disputáveis e exclusivos.
  - (C) seus custos marginais são elevados.
  - (D) as externalidades negativas oriundas dos seus processos produtivos são elevadas.
  - (E) se o fossem, os consumidores não poderiam ser impedidos de consumi-los sem nada pagar pelo seu consumo.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 4.2 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador social utilizado para medir o nível de desenvolvimento econômico de um país ou de uma região. Sobre o IDH é correto dizer que
- (A) o seu valor varia de zero à unidade (0 a 1) e, quanto mais próximo da unidade estiver, piores são as condições de bem-estar da população.
  - (B) nos últimos anos, os valores do IDH vêm demonstrando que há vinculação forte e direta entre o Produto Interno Bruto e o nível de desenvolvimento humano.
  - (C) o IDH foi construído a partir de 03 (três) indicadores: renda *per capita*, expectativa de vida ao nascer e taxa de alfabetização.
  - (D) o IDH foi construído a partir de 03 (três) indicadores: renda *per capita*, taxa de alfabetização e taxa de mortalidade de crianças entre zero e um ano.
  - (E) o IDH foi construído a partir de 03 (três) indicadores: expectativa de vida ao nascer; média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados e renda *per capita*.
- 4.3 As reformas promovidas na gestão estatal nos últimos anos foi o desmonte de boa parte da institucionalidade montada desde os anos 30. Sobre as alterações do papel do Estado na economia brasileira é verdadeira a assertiva de que
- (A) como decorrência das constantes ameaças de retorno da inflação, o controle de preços é uma das atribuições do governo que mais vem aumentando nos últimos anos.
  - (B) na reforma do Estado em curso, uma linha de ação que pode ser destacada é a tentativa de racionalização e de controle financeiro-administrativo do setor público.
  - (C) com a justificativa de defender os interesses da classe trabalhadora diante das persistentes crises, o governo vem intensificando sua presença no mercado de trabalho como agente de regulamentação das relações trabalhistas.
  - (D) mesmo diante das manifestações da sociedade civil favoráveis ao controle dos gastos públicos, o Congresso Nacional ainda não conseguiu aprovar uma legislação que estabeleça limites ao endividamento de Estados e Municípios.
  - (E) os três últimos governos reverteram a tendência de redução do papel do Estado como produtor que vinha sendo implementada nos governos anteriores.
- 4.4 Dentre os planos econômicos que tiveram como meta o controle da inflação destacam-se o Plano Cruzado, o Plano Collor e o Plano Real. A respeito desses planos é verdadeiro dizer que
- (A) uma das explicações para o sucesso alcançado pelo Plano Real é a de que os seus idealizadores, diferentemente dos idealizadores dos demais planos, partiram do diagnóstico correto de que a inflação brasileira possuía um forte determinante inercial.
  - (B) o contexto externo da economia brasileira no momento da implantação dos três planos era semelhante, qual seja, o Brasil encontrava-se praticamente excluído do fluxo de capitais internacionais.
  - (C) diferentemente do Plano Cruzado, que estabeleceu metas a serem alcançadas para a política fiscal, no Plano Collor não foram estabelecidas metas nem para a política fiscal e nem para a política monetária.
  - (D) o ajuste fiscal previsto no Plano Real visava a equacionar o desequilíbrio monetário por meio da implementação do Plano de Ação Imediata, da criação do imposto provisório sobre movimentação financeira e da aprovação do Fundo Social de Emergência.
  - (E) um dos impactos do Plano Real, que se assemelha aos impactos do Plano Cruzado, foi a queda imediata da inflação para um dígito em 1995.
- 4.5 O regime de metas de inflação, utilizado por diversos países, foi adotado no Brasil pelo Banco Central a partir de julho de 1999. Sobre esse regime é correto dizer que
- (A) no Brasil, as metas de inflação são estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e o instrumento utilizado pelo Banco Central para cumprir as metas estabelecidas é, essencialmente, a administração da base monetária.
  - (B) no regime de metas inflacionárias, o compromisso do Banco Central passa a ser o de alcançar as metas estabelecidas e não o de assegurar uma dada taxa de câmbio ou uma dada taxa de crescimento.
  - (C) a relação entre taxa de juros e inflação é denominada de regra de Taylor e, segundo ela, quando a inflação está elevada ou crescendo, deve-se diminuir as taxas de juros.
  - (D) a taxa de inflação está sujeita a vários componentes como a inércia, os choques de oferta e as pressões de demanda, sendo que a utilização do regime de metas de inflação atua basicamente sobre a inflação inercial.
  - (E) ao adotar o regime de metas, o Brasil estabeleceu como medida da taxa de inflação o Índice de Preço ao Consumidor.